



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de bens e serviços, no formato de prestação de serviço, para monitoramento da rede interna, voltados para análise, detecção e resposta de ameaças cibernéticas em escala 24x7x365, com equipe de monitoramento remoto e adoção de tecnologias de análise de comportamento e inteligência artificial (machine learning não supervisionado, supervisionado e deep learning). Instalação, configuração, treinamento remoto, suporte técnico, garantia e manutenção.

1.1.1. TABELA DOS ITENS E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

Item	Subitem	CATSER	Especificação do Objeto	Qtde	Unidade	VALOR TOTAL MÁXIMO (para 36 meses)
1	1.1	22870	[PERFIL TRE-MS] Contratação de empresa especializada para fornecimento de bens e serviços, no formato de prestação de serviço, para monitoramento da rede interna, voltados para análise, detecção e resposta de ameaças cibernéticas em escala 24x7x365, com equipe de monitoramento remoto e adoção de tecnologias de análise de comportamento e inteligência artificial (machine learning não supervisionado, supervisionado e deep learning). Instalação, configuração, treinamento remoto, suporte técnico, garantia e manutenção.	1	Unidade	R\$ 3.001.767,29
	1.2	22870	Serviço de Operação Assistida (96 horas)			R\$ 153.478,67
	1.3	22870	Treinamento para 3 pessoas			R\$ 48.833,14
				VALOR TOTAL ITEM 1		
2	2.1	22870	[PERFIL TRE-MG] Contratação de empresa especializada para fornecimento de bens e serviços, no formato de prestação de serviço, para monitoramento da rede interna, voltados para análise, detecção e resposta de ameaças cibernéticas em escala 24x7x365, com equipe de monitoramento remoto e adoção de tecnologias de análise de comportamento e inteligência artificial (machine learning não supervisionado, supervisionado e deep learning). Instalação, configuração, treinamento remoto, suporte técnico, garantia e manutenção.	1	Unidade	R\$ 6.562.174,42
	2.2	22870	Serviço de Operação Assistida (96 horas)			R\$ 153.478,67
	2.3	22870	Treinamento para 5 pessoas			R\$ 69.725,08
			VALOR TOTAL ITEM 2			R\$ 6.785.378,17
					TOTAL ESTIMADO A SER REGISTRADO	R\$ 9.989.457,27

DOS PERFIS DOS REGIONAIS

1.1.2. Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul:

PERFIL 1 (TRE de Mato Grosso do Sul)	
Número de Datacenters	2
Número de Appliances Físicos NDR	Apenas 1 (no Datacenter Primário)
Redundância da Solução de NDR	NÃO
Monitoramento de VMs Containers (com ou sem agentes/sensores)	Nutanix/VMware Red Hat Openshift (no Datacenter Primário e Secundário)
Throughput Switch Core (máximo)	500 Mbps (caso a soma deste tráfego e o tráfego virtualizado abaixo seja ultrapassado durante o contrato, observar o item 3.1.1.2.1 deste TR)
Throughput Ambiente Virtualizado Estimado (tráfego entre VLANs que não passam pelo Switch Core)	150 Mbps
Ativos Monitorados	2500 ativos monitorados
Conexões por Minuto	Até 150.000 conexões por minuto
Forma de Conexão à Rede	Out-of-Band / SPAN Port (Switch Core)
Comunicação entre CONTRATADA e TRE durante monitoramento remoto 24x7x365 (apresentação relatórios, troca de mensagens instantâneas, etc)	Usar Google Workspace (TRE já possui)
Número de Usuários de TI presentes no Regional (apenas para conhecimento do tamanho do Órgão)	Aproximadamente 1000 usuários
Tempo de Contrato	3 Anos
Operação Assistida	96 horas
Endereço para Entrega (Seg. a Sex. das 12h as 17h de MS)	Rua Des. Leão Neto do Carmo, 23 - Pq. dos Poderes Campo Grande/MS - CEP: 79037-100

1.1.3. Tribunal Regional Eleitoral de **Minas Gerais**:

PERFIL 2 (TRE de Minas Gerais)	
Número de Datacenters	2
Número de Appliances Físicos NDR	Número suficiente para Solução NDR ser completamente redundante (ao realizar a movimentação de máquinas virtuais de um Datacenter para outro, a solução deverá manter o aprendizado já existente)
Redundância da Solução de NDR	SIM
Monitoramento de VMs Containers (com ou sem agentes/sensores)	Nutanix Kubernetes (no Datacenter Primário e Secundário)
Throughput Switch Core (máximo)	03 Gbps (caso a soma deste tráfego e o tráfego virtualizado abaixo seja ultrapassado durante o contrato, observar o item 3.1.1.2.1 deste TR)
Throughput Ambiente Virtualizado Estimado (tráfego entre VLANs que não passam pelo Switch Core)	500 Mbps
Ativos Monitorados	4500 ativos monitorados
Conexões por Minuto	até 372.000 conexões por minuto
Forma de Conexão à Rede	Out-of-Band / SPAN Port (Switch Core)
Comunicação entre CONTRATADA e TRE durante monitoramento remoto 24x7x365 (apresentação relatórios, troca de mensagens instantâneas, etc)	Usar Microsoft 365 (TRE já possui)
Número de Usuários de TI presentes no Regional (apenas para conhecimento do tamanho do Órgão)	Aproximadamente 3450 usuários
Tempo de Contrato	3 Anos
Operação Assistida	96 horas
Endereço para Entrega (Seg. a Sex. das 12h as 17h de MG)	Av. Prudente de Moraes, 100 - Cidade Jardim Belo Horizonte - MG - 30380-002

- 1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última;
- 1.3. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023;
- 1.5. O contrato e/ou a Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;
- 1.6. A presente contratação é composta de 2 Itens, subdivididos em 3 (três) subitens cada um. A equipe de planejamento optou pela formação de subitens, em virtude da necessidade dos serviços serem prestados apenas por uma empresa, além de facilitar a gestão do contrato. A contratação em itens distintos não é viável, uma vez que os itens são interdependentes e a sua execução exige sinergia técnica e operacional. A separação do fornecimento poderia acarretar riscos significativos, como incompatibilidades técnicas, dificuldades de integração entre as partes e eventuais lacunas de responsabilidade, especialmente em casos de inexecução ou má execução por parte de um dos fornecedores;
- 1.6. DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 1.6.1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação, por se tratar de uma contratação centralizada, onde o TRE/MS será o órgão gerenciador, permitindo-se a participação do TRE/MG, com base no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023;
- 1.6.2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora;
- 1.6.2.1. Durante a vigência da Ata, quando houver necessidade do TRE/MS dos serviços registrados, será lavrado Termo de Contrato Administrativo e emitida a Nota de Empenho;
- 1.6.2.2. Os prazos referentes a esta contratação estão definidos no item 6.9 do Capítulo 6 (MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO), constante deste Termo de Referência;
- 1.6.3. Como órgão gerenciador, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, será realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na respectiva ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, nos termos do disposto no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023;
- 1.6.4. Cabe ainda ao órgão gerenciador aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços:
- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
- 1.6.5. Será permitida apenas a participação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), por se tratar de contratação centralizada, com a participação colaborativa estratégica desse Regional, cujos serviços a serem contratados estão adequados às suas necessidades do TRE/MS e TRE/MG de forma qualitativa e quantitativa. A simples soma de demandas de outros órgãos, sem uma análise prévia de compatibilidade e complexidade, geraria uma estimativa irreal e impraticável para qualquer licitante;**
- 1.6.5.1. A manifestação do interesse deverá ser realizada pelo sistema de compras;
- 1.6.5.2. Após a **manifestação** do interesse em ser órgão participante e respectiva **confirmação**, o órgão interessado deverá indicar a dotação orçamentária que utilizará para a despesa, bem como, deverá enviar o Estudo Técnico Preliminar para o endereço eletrônico slc@tre-ms.jus.br (*para informações - Fone: (67) 2107-7092*);
- 1.6.5.3. Não será deferida a participação de outros órgãos;
- 1.6.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, contemplando a totalidade do quantitativo registrado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. "Não se pode proteger o que não se conhece." A Secretaria de Tecnologia da Informação tem por atribuição o provimento de soluções informatizadas, que busquem prover segurança quanto aos riscos e ameaças internas e externas;

- 2.2. A equipe de cibersegurança do TRE-MS é pequena frente às diversas frentes que compõem a segurança de um Órgão com ambiente computacional que há muito deixou de ser pequeno e é neste momento de porte médio. Além disso, o cenário atual do Poder Judiciário Brasileiro reflete um processo acelerado de transformação digital, no qual as soluções tecnológicas se tornam imprescindíveis para uma prestação jurisdicional mais efetiva. Essa efetividade só ocorrerá com a devida e correspondente proteção de dados, informações e usuários;
- 2.3. Se por um lado, a presença do TRE-MS em soluções digitais tem aumentado com velocidade, por outro lado também têm aumentado a superfície de ataques, deixando o Regional mais vulnerável. O cenário de crimes cibernéticos vem passando por um processo de grande sofisticação, com uma escalada de ataques amplamente divulgados pela mídia, Internet e redes sociais;
- 2.4. De acordo com o levantamento "Panorama de Ameaças para a América Latina 2024", o Brasil é o segundo país com mais ataques cibernéticos no mundo. Com mais de 700 milhões de tentativas registradas em 12 meses (o equivalente a 1.379 por minuto), o país fica atrás apenas dos Estados Unidos. (Fonte: Agência Senado - Criação de agência contra ataques cibernéticos ganha força em subcomissão — Senado Notícias) [Acesso em 31/03/2025]. Esse ambiente hostil evoluiu a partir de suas origens baseadas na disseminação de malwares em conjunto com ataques mais sofisticados de Roubo de Identidades, Ransomware, Vazamento de Dados, Sequestro de Dispositivos, Phishing direcionado a pessoas chaves ligadas à Instituição e Ameaças Avançadas Persistentes, que determinam um alvo e buscam todas as formas de invadi-lo até que tenham sucesso;
- 2.5. Os agentes maliciosos têm desenvolvido ferramentas e técnicas cada vez mais sofisticadas, utilizando mecanismos de ampliação e furtividade, e os serviços de defesa, precisam, por sua vez, cada vez mais utilizar-se de ferramentas mais rápidas e eficazes para tentar evitar ou conter danos. Tal crescimento está associado ao uso crescente da Inteligência Artificial – IA e Machine Learning – ML em ataques;
- 2.6. No que tange à responsabilidade da proteção de todos os sistemas informatizados existentes no ambiente de rede interna do TRE-MS, vale ressaltar que a simples adoção de soluções informatizadas em seu desenvolvimento apenas torna o trabalho mais eficiente. Estes sistemas exigem uma camada adicional de proteção, principalmente contra ameaças cibernéticas que buscam incessantemente fragilidades ou falhas nas soluções informatizadas como forma de obter êxito em suas investidas;
- 2.7. É consenso na equipe de contratação de que a Equipe de Cibersegurança precisa passar a ter uma ferramenta de NDR que auxilie a cibersegurança do Regional a atingir as necessidades de negócio do Órgão e, de quebra, permita aos analistas de segurança rastrear a progressão dos incidentes de segurança com precisão, reduzindo assim o tempo de resposta e implementando remediações eficazes com base em um contexto rico e bem estruturado;
- 2.8. É preciso que essa ferramenta de NDR realize não só tarefas automatizadas de Nível 1 (N1) de um SOC; mas prioritariamente, realize tarefas automatizadas e investigações profundas que seriam realizadas somente por uma equipe especializada de SOC Nível 2 (N2);
- 2.9. O NDR (Detecção e Resposta de Rede) é uma tecnologia de segurança cibernética que monitora e analisa o tráfego de rede interna da Instituição na busca de identificação de ameaças em tempo real, sendo uma camada adicional de segurança. Pode ser integrado com outras tecnologias de segurança cibernética, como EDR (Detecção e Resposta de Endpoint) e XDR (Detecção e Resposta Estendida), para fornecer uma defesa abrangente;
- 2.10. A ausência de investimento na proteção aos sistemas informatizados poderá acarretar sérios prejuízos para todo o Órgão, por conta de possíveis demoras ou mesmo suspensão de importantes serviços prestados à sociedade, além de acarretar relevante impacto para a reputação e confiança do TRE-MS perante a sociedade de forma geral;
- 2.11. Dessa forma, o resultado esperado com este processo é a preservação da integridade, disponibilidade e conformidade de todos os sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, bem como a preservação da imagem institucional;
- 2.12. É nesse contexto que surge a demanda pela Solução objeto deste certame: a contratação de empresa especializada para fornecimento de bens e serviços, no formato de prestação de serviço é crucial para atender às diversas necessidades de negócio do TRE-MS e da Justiça Eleitoral, tais como, implantação de monitoramento preventivo 24x7x365, conforme orienta a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral; implantação de Solução de inovação, neste caso específico, na implantação de inteligência artificial e aprendizado de máquina na análise, detecção e resposta a incidentes de segurança; e ainda a colaboração com outro Órgão/Tribunal, neste caso o TRE-MG, na implantação de inovação relacionada à segurança dos dados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. REQUISITOS DE SERVIÇOS 24x7x365, GARANTIA E MANUTENÇÃO

3.1.1. A prestação de serviços deve abranger o fornecimento completo da Solução, incluindo licenciamento, software, hardware e serviços correlatos. O escopo da prestação de serviços deve contemplar:

3.1.1.1. O serviço de monitoramento da rede interna do Regional, deverá ainda prover análise, detecção e resposta a ameaças cibernéticas (com uso de software e hardware NDR e pessoal qualificado remoto trabalhando em turnos na análise dos dados coletados e investigados pela ferramenta), com uso de inteligência artificial e machine learning (machine learning não supervisionado, supervisionado e deep learning); sendo fornecido em caráter ininterrupto, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano (24x7x365). Isso garante a vigilância constante do ambiente de rede, essencial para a identificação e mitigação de ameaças a qualquer momento;

3.1.1.2. A Solução de NDR deverá ser dimensionada de forma a suportar, simultaneamente, todos os requisitos mínimos presentes na Tabela de Perfil do Regional, presente neste Termo de Referência (Capítulo 1). Não serão aceitas soluções que dimensionem a Solução para suportar apenas um dos itens da tabela, e sim, deverá ser dimensionada para suportar todos os itens;

3.1.1.2.1. Caso o volume de tráfego de rede total monitorado durante o contrato aumente inesperadamente (switch core + ambiente virtualizado) devido à implantação de algum serviço no futuro e a Solução objeto desta contratação não suporte esse aumento, a CONTRATADA terá o dever de fornecer novo(s) equipamento(s) capaz(es) de lidar com esse aumento de tráfego. Esse novo equipamento, bem como quaisquer outros itens ou licenças necessários(as) para seu completo funcionamento, no caso aqui descrito, deverá ser capaz de lidar com o aumento do tráfego no ambiente do Regional, sem custo adicional nenhum à CONTRATANTE;

3.1.1.3. A Solução deverá ter garantia/suporte pelo período definido na referida Tabela de Perfil do Regional, incluindo software, hardware, atualizações e, se necessário, substituição de peças e equipamentos;

3.1.1.4. O serviço de monitoramento remoto realizado por pessoal qualificado da CONTRATADA deverá monitorar em período integral (24x7x365) a ferramenta de NDR e deverá contatar o Regional, em qualquer horário, em caso de incidentes de alta criticidade de segurança. Incidentes de segurança de baixa e média criticidade poderão ser alertados em horário comercial. Esses contatos se darão utilizando os canais oficiais de troca de documentações/informações definidos na Tabela de Perfil do Regional no Capítulo 1 deste Termo de Referência. Esta exigência se faz necessária uma vez que o Regional não possui quadro de pessoal suficiente para realizar monitoramento de segurança fora do horário de expediente;

3.1.1.5. A CONTRATADA deverá ainda entregar relatórios mensais com análise de segurança que abranja esse período, a fim de auxiliar na melhoria da segurança do Regional. A CONTRATADA deve fornecer os relatórios através do canal oficial de troca de documentações/informações do Regional;

3.1.1.6. O canal oficial para contato e troca de documentações/informações entre a equipe de monitoramento remoto da CONTRATADA e a CONTRATANTE durante o dia a dia do contrato, bem como, apresentação de relatórios e demais ações correlatas, deverá ser exclusivamente através do Ambiente de Colaboração já adquirido pela CONTRATANTE. Por questões de segurança, está vedada a utilização de ferramentas de colaboração de terceiros com os quais o Regional não possua contrato já existente;

3.1.1.7. Deverão ser fornecidos todos os licenciamentos, softwares e hardwares necessários para a plena operação da Solução e atendimento das especificações técnicas definidas, durante todo o período contratual;

3.1.1.8. A CONTRATADA assegurará a garantia do direito de uso integral de toda a tecnologia envolvida na Solução por parte da CONTRATANTE, sempre na versão mais recente publicada pelo desenvolvedor/fabricante;

3.1.1.9. A natureza crítica da segurança cibernética exige disponibilidade contínua e tempos de resposta ágeis;

3.1.1.10. Para a comunicação e solicitação de suporte, a CONTRATADA deverá disponibilizar múltiplos canais;

3.1.1.10.1. Telefone: Um número de telefone dedicado (ex: 0800 ou chamada local) para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, disponível 24x7x365;

3.1.1.10.2. Portal Web: Uma plataforma online segura para abertura de chamados, acompanhamento do status, acesso a bases de conhecimento. Este portal deverá ser acessível via interface web, protegida por senha e conexão segura (HTTPS);

3.1.1.10.3. E-mail: Endereço de e-mail dedicado para comunicação não urgente e envio de informações complementares relacionadas a chamados;

3.1.1.11. A CONTRATADA designará um preposto formal, com capacidade gerencial, que atuará como interlocutor principal. Este profissional será responsável por receber, diligenciar, encaminhar e responder a todas as questões técnicas, legais e administrativas relativas ao contrato. As informações de contato (nome, telefone, e-mail) deste preposto serão fornecidas formalmente no início do contrato;

3.1.1.12. Além do preposto, uma equipe de atendimento técnico estará disponível através dos canais de suporte (telefone, portal web). Esta equipe será responsável por fazer a triagem dos chamados, iniciar o tratamento e escalar para especialistas quando necessário;

3.1.1.13. Serão realizadas reuniões periódicas (ex: mensais) entre a equipe de gestão da CONTRATANTE e a CONTRATADA para análise de resultados, discussão de incidentes, planejamento de atividades e alinhamento estratégico;

3.1.1.14. Tempos de Resposta e Solução (Acordo de Nível de Serviço — ANS) para o início do atendimento e para a solução dos problemas relativos ao appliance(s) físico(s) e outro(s) hardware(s) e software(s) relacionado(s) à Solução serão definidos por níveis de severidade, garantindo a priorização adequada de cada incidente:

3.1.1.14.1. Severidade 1 (ALTA): Problemas que afetam de forma crítica a Solução contratada, causando impactos significativos no desempenho ou interrupção. Início do atendimento: Até 2 horas após a abertura do chamado. Solução (esforço concentrado): Até 6 horas a partir do início do atendimento. Se não solucionado, atendimento presencial obrigatório;

3.1.1.14.2. Severidade 2 (MÉDIA): Problemas que criam restrições à operação do sistema, mas não causam interrupções críticas na Solução contratada (ex: erros na configuração, divergências com especificações). Início do atendimento: Até 6 horas após a abertura do chamado. Solução: Até 24 horas a partir do início do atendimento;

3.1.1.14.3. Severidade 3 (BAIXA): Solicitações de esclarecimentos ou resolução de problemas que não impactam diretamente a operação da Solução contratada. Início do atendimento: Até o primeiro dia útil seguinte à solicitação. Solução: Até 2 dias úteis a partir do início do atendimento;

3.1.1.15. A CONTRATADA deverá manter uma comunicação clara e proativa, gerenciando as expectativas da CONTRATANTE. Isso inclui informar sobre o andamento das atividades, potenciais desafios, e novas funcionalidades ou tendências de segurança que possam beneficiar o ambiente;

3.1.1.16. A CONTRATADA deverá atuar na melhoria contínua da Solução e dos processos de segurança. Isso se traduz em proposições de ajustes, atualizações de firmware/software, otimização de configurações e análise periódica das práticas internas para garantir a adequação às melhores práticas de mercado e às necessidades em constante evolução da CONTRATANTE;

3.1.1.17. A flexibilidade e a capacidade de adaptação são fundamentais. Para situações inesperadas ou emergências que possam exigir intervenção on-site ou fora do horário comercial, a CONTRATADA deve ter planos de contingência, com equipes preparadas para atuar rapidamente, minimizando interrupções;

3.1.1.18. A CONTRATADA deve assegurar o cumprimento integral de todas as legislações e normativas aplicáveis à sua atividade e à prestação de serviços, incluindo aspectos tributários, trabalhistas, ambientais e de privacidade de dados;

3.1.1.19. A Solução deverá ser ofertada com garantia e manutenção do fabricante e deverá ser prestada na modalidade 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias do ano (24x7x365);

3.1.1.20. A garantia deverá cobrir falhas no serviço de instalação e configuração da Solução, fornecimento de correções de software, substituição de hardware defeituoso e fornecimento de atualizações corretivas e evolutivas de software e hardware.

3.2. REQUISITOS DE HARDWARE/SOFTWARE DA SOLUÇÃO

3.2.1. Formato da Contratação: O(s) appliance(s) físico(s) da Solução de NDR e demais itens correlatos deverão ser fornecidos em regime de comodato (serviço);

3.2.2. A Solução deverá ser instalada nas dependências da CONTRATANTE e em seu Site Backup. Vide o Perfil do Regional (Capítulo 1) para verificar a quantidade necessária de appliances físicos em cada Regional;

3.2.3. Tipos de Dispositivos: O(s) dispositivo(s) responsável(eis) pela captura e processamento do tráfego deve(m) ser do tipo appliance físico, "purpose-built" para a função, e instalado(s) no(s) Datacenter(s) do Regional. Não serão aceitas soluções similares baseadas em switches, roteadores, firewalls (tradicional ou NGFW), balanceadores, servidores ou soluções híbridas;

3.2.4. Processamento/Correlacionamento e Gerenciamento Local (On-Premise): Todas as operações de processamento/correlacionamento de dados, bem como a interface de gerenciamento da Solução deverão ser locais. Adicionalmente, será permitido que somente algumas informações sejam enviadas para a nuvem da fabricante apenas para processamento avançado de IA/ML, desde que sejam apenas metadados que tenham passado previamente por um processo de "anonimização" ou "desidentificação" e não o conteúdo completo do(s) pacote(s) de rede. É vedado qualquer outro envio de dados para processamento/correlacionamento, sem o tratamento como o acima discriminado, para fora da rede do Regional para que a Solução funcione em sua plenitude.

3.2.4.1. Cabe salientar que caso a Solução permita desabilitar o envio de dados para fora do Regional quando da implantação da mesma e ainda assim, após a realização dessa(s) configuração(ões), a Solução consiga prover o processamento/correlacionamento usando IA/ML "On-Premise", a Solução será aceita.

3.2.5. Integração com Fontes de Inteligência de Ameaças: A Solução deve suportar integração com fontes de Inteligência de Ameaças (Threat Intelligence) por meio de protocolos e linguagens padronizadas;

3.2.6. De modo a preservar os recursos computacionais do Datacenter da CONTRATANTE, serão aceitos somente appliances físicos para fornecimento da Solução de NDR;

3.2.7. O uso de recurso virtualizado para Solução de NDR será aceito somente caso a CONTRATADA forneça o host hospedeiro em conjunto com a Solução virtualizada;

3.2.8. Qualquer interface web da Solução de NDR ou integração entre a Solução de NDR com outras ferramentas de segurança deve obrigatoriamente ser configurada para utilizar conexões criptografadas;

3.2.9. A Solução deve possuir capacidade de resposta a comportamentos anômalos ou suspeitos de forma que consiga realizar bloqueios automatizados, mesmo que para realizar essa funcionalidade seja necessária a integração com outras ferramentas de segurança, como o firewall de borda já adquirido pelo Regional;

3.2.10. Captura de Tráfego Virtualizado: visando possibilitar a captura dos tráfegos de dados existentes na infraestrutura de virtualização de servidores e entre o ambiente de containers, será aceito o uso de sensores ou agentes virtualizados utilizando os recursos computacionais da CONTRATANTE, exclusivamente para essa finalidade;

3.2.10.1. No caso do TRE-MG, no qual a Solução deverá ser totalmente redundante (ativo-ativo), ao realizar-se a movimentação de máquinas virtuais de um Datacenter para outro, a solução deverá manter o aprendizado já existente;

3.2.10.2. A CONTRATANTE poderá fornecer portas nos switches topo de rack caso a solução da CONTRATADA necessite utilizar esse recurso para realizar a captura do tráfego relacionado ao ambiente virtualizado que não passe pelo switch core;

3.2.10.3. A Solução poderá realizar o monitoramento do ambiente virtualizado com ou sem o apoio de sensores ou agentes virtualizados. A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento do ambiente virtualizado, não importando a forma com que isso será feito;

3.2.10.4. A Solução como um todo deverá ser 100% compatível com os virtualizadores elencados no Perfil de cada Regional no Capítulo 1;

3.2.11. A Solução deverá ser instalada de forma a coletar o tráfego de rede de modo espelhado ("out-of-band"), não podendo acarretar impacto operacional no tráfego de dados da rede dos datacenters da CONTRATANTE;

3.2.12. A Solução será composta pela Solução de NDR, serviço de monitoramento 24x7x365, serviço de operação assistida sob demanda e treinamento no uso da Solução da CONTRATANTE e fornecido pela CONTRATADA;

3.2.13. A Solução deve ser dotada de tecnologia baseada em Inteligência Artificial – IA e Aprendizado de Máquina (Machine Learning) a fim de identificar anomalias de comportamento e ataques não identificados pelas tecnologias tradicionais de segurança da informação;

3.2.14. A Solução não deve exigir pré-configurações específicas da rede do Regional para identificar associações entre múltiplos elementos da rede e detectar anomalias comportamentais;

3.2.15. Métodos de Detecção: A Solução não deve ser baseada exclusivamente em detecção por assinatura (e.g., IDS, IPS, formato de assinatura de vírus). Deve implementar, adicionalmente, métodos de detecção de anomalias de segurança baseados em comportamento e inteligência artificial por aprendizado de máquina;

3.2.16. Capacidades de Inteligência Artificial e Análise Comportamental: A Solução deve incorporar tecnologia baseada em Inteligência Artificial (IA) para identificar anomalias comportamentais e ataques cibernéticos sofisticados que não são detectados por tecnologias de segurança tradicionais. Deve, no mínimo, empregar os seguintes métodos de IA para a criação de perfis de uso e a detecção de desvios comportamentais na rede: Aprendizado de Máquina Não Supervisionado ("Unsupervised Machine Learning"), Aprendizado de Máquina Supervisionado ("Supervised Machine Learning") e Aprendizado Profundo ("Deep Learning");

3.2.17. Capacidades de Investigação, Threat Hunting e Forense: A Solução deve viabilizar a implementação de processos de investigação, threat hunting e forense de rede, com base nos metadados gerados pela Solução e suas funcionalidades de detecção e investigação;

3.2.18. Investigação Aprofundada: A Solução de NDR deve ser capaz de viabilizar investigações simples, mas principalmente investigações aprofundadas, como identificar automaticamente o "paciente zero", o ponto de "comprometimento inicial" ou ainda o "primeiro ponto de entrada". Encontrar esse ponto/alvo é crucial para uma investigação aprofundada, pois é a partir dessa informação que a ferramenta, por exemplo, poderá por conta própria, começar a correlacionar de forma automática diversos eventos de segurança, agrupando-os em um único incidente; e assim apresentá-lo de maneira gráfica e cronologicamente ordenada, com todos os detalhes do incidente do ponto/alvo inicial até o(s) ponto(s)/alvo(s) final(is), incluindo o(s) evento(s) intermediário(s), agilizando sobremaneira a resolução de incidentes por parte do Regional. Uma investigação aprofundada, que poderia levar dias ou diversas semanas, dependendo da complexidade; e que precisaria ser realizada por uma equipe altamente especializada de um SOC Nível 2 (N2), podendo ainda ter resultados incertos, é realizada em tempo recorde de forma automatizada pela ferramenta;

3.2.18.1. Não serão aceitas Soluções que forneçam ferramentas que realizem apenas tarefas de Nível 1 (N1) de um SOC. Assim como detalhado no Estudo Preliminar, é um requisito imprescindível que a Solução de NDR realize de forma automática tarefas que somente uma equipe de SOC Nível 2 (N2) seria capaz de fazer, a fim de propiciar ao Órgão uma defesa ágil que consiga fazer frente às ameaças cibernéticas que cada vez mais estão utilizando das mesmas estratégias para automatizar táticas, técnicas e procedimentos (TTPs);

3.2.19. A Solução de NDR deverá ser composta por um único fabricante, não sendo admitido uso de vários fornecedores ou serviços integrados, nem mesmo por meio de APIs (Application Programming Interface). Vide o item 3.2.21 abaixo para única exceção que será permitida para uso de APIs;

- 3.2.19.1. Esta exigência traz inúmeras vantagens para o Órgão, especialmente em termos de segurança, eficiência operacional e simplicidade, dentre elas: eliminação de problemas de compatibilidade; único ponto de contato para suporte técnico, acelerando a solução de possíveis problemas técnicos futuros; menor complexidade operacional, que ajuda a reduzir o tempo de treinamento da equipe de TI e segurança, além de minimizar erros humanos e prover segurança aprimorada. Uma vez que as dependências externas ou pontos de integração (como APIs) deixam de existir, há menos superfícies de ataque potenciais, logo menos riscos;
- 3.2.20. A Solução deve adotar uma abordagem proativa e realizar monitoramento contínuo do tráfego de rede, partindo do pressuposto de que ameaças podem estar presentes. **O tráfego de rede deve ser a principal fonte para a identificação de rastros de ameaças e seus agentes. No entanto, como o foco principal desta contratação é o monitoramento contínuo do tráfego de rede, serão aceitas Soluções puramente especializadas apenas em monitoramento contínuo da rede;**
- 3.2.21. Capacidades de Resposta Automatizada e Integração: A Solução deve ser capaz de iniciar ações autônomas de resposta a ameaças e/ou ataques cibernéticos, baseadas em seu mecanismo de inteligência artificial. Visando habilitar ações adicionais de contenção e bloqueio contra ataques cibernéticos, somente nestes casos, será permitido o uso de APIs para a integração com soluções de segurança de terceiros, ou seja, que não sejam do fabricante da Solução de NDR;
- 3.2.22. A Solução deve permitir a criação automática de relatórios executivos;
- 3.2.23. A console de gerenciamento deve ser única, desenvolvida pelo mesmo fabricante da Solução, e abranger o gerenciamento de todos os itens ativos e gerenciáveis da arquitetura. Poderão haver interfaces secundárias para configurações iniciais ou específicas raramente utilizadas, desde que a console única atenda ao gerenciamento unificado e abrangente dos elementos da Solução;
- 3.2.24. Todas as funcionalidades da interface de gerenciamento devem ser compatíveis com os navegadores Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox, em suas configurações padrões;
- 3.2.25. Deve permitir o gerenciamento de todos os componentes da Solução, incluindo appliances físicos, sensores e ambientes virtualizados;
- 3.2.26. Deve possuir capacidade de implementar mecanismos de autenticação e autorização para acesso à Solução, integrados ao Microsoft Active Directory do Regional para uso de usuários e senhas contidos nesse repositório;
- 3.2.27. Sincronização de Horário (NTP): Deve suportar a atualização de horário por meio do protocolo NTP (Network Time Protocol);
- 3.2.28. Permitir a instalação em rack padrão EIA 19" (dezenove polegadas), acompanhado de todos os adaptadores, cabos e acessórios necessários para sua fixação;
- 3.2.29. Possuir ventilação tipo "front-to-back", onde a saída de ar quente ocorre pela traseira do equipamento;
- 3.2.30. Nos casos em que a Solução apresente mau funcionamento ou pare de operar, a rede de comunicação de dados da CONTRATANTE não poderá ser afetada. A Solução deverá operar em modo transparente, não afetando a rede de dados da CONTRATANTE;
- 3.2.31. Todos os conectores, cabos, interfaces e licenças necessárias para o correto funcionamento da Solução deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;
- 3.2.32. A CONTRATADA deverá levar em consideração todos os requisitos de cada Regional no dimensionamento da Solução, seguindo as informações presentes na Tabela de Perfil de cada Regional, disponível neste Termo de Referência (Capítulo 1);
- 3.2.33. O(s) appliance(s) fornecido(s) deverá(ão) suportar a taxa de transferência ("throughput") de rede, largura de banda, número de ativos e conexões por minuto instaladas no ambiente da CONTRATANTE, disponível na referida tabela mencionada no item 3.2.32;
- 3.2.34. A taxa de transferência ("throughput") de rede citada no Perfil referido no item 3.2.32 acima e o(s) appliance(s) fornecido(s) pela CONTRATADA deverá(ão) operar com carga máxima de processamento de 80% considerando todo o tráfego informado pela CONTRATANTE;
- 3.2.34.1. O valor referente à carga máxima de processamento do(s) appliance(s), conforme disposto no item 3.2.34, será apurado com base em um período médio de operação contínua dos respectivos ativos. Esse período deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, considerando exclusivamente os dias úteis e o intervalo diário compreendido entre 13h00 e 18h00;
- 3.2.35. A Solução deve ser capaz de receber, processar e analisar, em tempo real, todo o tráfego de rede capturado;
- 3.2.36. Caso o(s) appliance(s) apresente(m) uma taxa de operação superior à 80% (oitenta por cento) em relação aos valores informados na tabela mencionada no item 3.2.32, a CONTRATADA deverá realizar adequação da Solução para que opere abaixo dessa taxa de operação, sem que essa adequação acarrete qualquer tipo de ônus para a CONTRATANTE;
- 3.2.37. O hardware fornecido para a Solução deverá possuir fontes de energia redundantes.

3.3. REQUISITOS DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

- 3.3.1. O serviço contratado deverá possuir a modalidade de Operação Assistida ("hands-on"), a ser realizada sob demanda da CONTRATANTE, com atendimento remoto ou presencial para Solução, para qualquer solicitação de esclarecimentos ou auxílio na operação da ferramenta;
- 3.3.2. O serviço de Operação Assistida será consumido em blocos contendo um número de horas a ser definido pela CONTRATANTE, que irá definir um bloco de horas padrão/mínimo, que julgar mais adequado para utilizar de forma eficiente em relação ao total de horas contratadas;
- 3.3.3. Cada acionamento de bloco mínimo ocorrerá por intermédio de emissão de Ordem de Serviço (OS), utilizando os mesmos canais de solicitação para suporte para a Solução;
- 3.3.4. O regime de solicitação da Operação Assistida ocorrerá em horário comercial;
- 3.3.5. Todos os eventos relacionados à Operação Assistida que envolvam participação de integrantes da CONTRATANTE serão realizados durante os horários de expediente adotados, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, salvo casos de urgência e/ou acordo entre as partes, desde que tempestivamente informados e solicitados;
- 3.3.6. Este serviço de operação assistida, não deve ser confundido com os serviços de monitoramento remoto, garantia, manutenção, sustentação e suporte da Solução; uma vez que com exceção da operação assistida, os demais têm a obrigatoriedade de obedecerem ao regime de 24x7x365 (vinte e quatro horas do dia, nos sete dias da semana, em todos os dias do ano);
- 3.3.7. O número total de horas previstas para a vigência do contrato referente à Operação Assistida, está disponível na Tabela de Perfil do Regional, que se encontra neste Termo de Referência (Capítulo 1);
- 3.3.8. A solicitação do serviço de Operação Assistida ocorrerá sob demanda;
- 3.3.9. A CONTRATANTE deverá observar o empenho do valor relacionado a este serviço durante a vigência contratual;
- 3.3.10. O serviço será solicitado somente sob demanda da equipe técnica da CONTRATANTE e em caso de necessidade;
- 3.3.11. Poderá ser solicitado no mínimo 01 (um) bloco e até no máximo 06 (seis) blocos por dia para suporte na modalidade de Operação Assistida, considerando o total de blocos definidos pelo Regional para toda a vigência contratual;
- 3.3.12. O valor do bloco de horas para a Operação Assistida deverá ser informado na proposta comercial como item discriminado dos demais serviços relacionados à Solução.

3.4. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

- 3.4.1. Deverá ser fornecido treinamento oficial para operação da Solução, que será alocada no ambiente do Regional, cujo conteúdo deverá ser suficiente para a perfeita compreensão e operação de todos os seus requisitos;
- 3.4.2. O treinamento deverá ser fornecido para servidores detentores de cargos efetivos da CONTRATANTE (alunos), com emissão de certificados e pesquisa de satisfação ao final do treinamento, sendo que a CONTRATADA estará sujeita a atingir uma qualidade mínima, sob pena de sanção aplicável, definida no Termo de Contrato;
- 3.4.3. Deverão ser disponibilizadas o número de vagas de acordo com a Tabela do Perfil do Regional, disponível neste Termo de Referência (Capítulo 1);
- 3.4.4. O treinamento deverá ser realizado de forma remota, via videoconferência, na modalidade síncrona ("on-line"), objetivando agilizar a capacitação das equipes envolvidas, possibilitando atender de forma simultânea a equipe técnica que atua tanto na modalidade presencial quanto em teletrabalho, caso exista;
- 3.4.5. O treinamento deverá ser gravado e permanecer disponível para consulta dos alunos por pelo menos 90 (noventa) dias após a sua realização;
- 3.4.6. Poderão ser indicados mais participantes na categoria de ouvintes, sem a exigência de fornecimento de certificado de participação e material por parte da CONTRATADA, limitando-se a 5 (cinco) participantes adicionais nessa modalidade;
- 3.4.7. Todas as despesas referentes à realização do treinamento ou ao custeio de insumos deverão estar discriminadas em item à parte do objeto principal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS TEMPORAIS

- 4.1.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
- 4.1.1.1. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias úteis;

4.1.2. Todos os eventos de trabalho que envolvam participação da equipe técnica da CONTRATANTE ou de integrantes da CONTRATADA, em ambiente da CONTRATANTE, serão realizados durante os horários de expediente adotados, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, salvo casos de urgência e/ou acordo entre as partes, desde que tempestivamente informados e solicitados;

4.1.3. Não será computado o tempo de atraso quando este tiver sido ocasionado pela CONTRATANTE ou por fatos supervenientes que impeçam ações da CONTRATADA, desde que devidamente justificados e aceito pela CONTRATANTE;

4.1.3.1. Não serão considerados casos ou fatos supervenientes as situações externas que possam ser contornadas ou mitigadas por ações de logística preventivas ou reativas da CONTRATADA;

4.1.3.2. O contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, conforme previsão do art. 107 da Lei 14.133/2021.

4.2. REQUISITOS LEGAIS

4.2.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à:

4.2.1.1. Constituição Federal;

4.2.1.2. Lei 13.853/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

4.2.1.3. Resolução CNJ Nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

4.2.1.4. CNJ nº 370/2021, institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

4.2.1.5. Resolução CNJ nº 396/2021, institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);

4.2.1.6. Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

4.2.1.7. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (Pesquisa de Preços);

4.2.1.8. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

4.2.1.9. Resolução CNJ 468/2022 (Diretrizes de Contratações de TIC) ou outras legislações aplicáveis.

4.3. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.3.1. Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas as informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens que compõe a Solução (“as-built”), com plano de ação detalhando as ações e procedimentos realizados;

4.3.2. A instalação e configuração da Solução só será considerada finalizada pelo Regional quando todas as VLANs ou correlatos apontados pelo Órgão como necessários para inclusão no monitoramento, estiverem todos sendo monitorados; bem como, somente quando a Solução estiver configurada de forma a ter o mínimo de falsos positivos possibilitados pela Ferramenta de NDR fornecida pela CONTRATADA.

4.4. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

4.4.1. Todos os manuais, guias de instruções e ajuda deverão ser disponibilizados preferencialmente no idioma português do Brasil – PT-BR ou Inglês e fornecidos em meio digital;

4.4.2. A contratação deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

4.4.2.1. Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

4.4.2.2. Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentável, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

4.4.2.3. Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do Órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados;

4.4.2.4. As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverão ser de material de baixo impacto ecológico;

4.4.2.5. A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.4.2.6. Os profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências da CONTRATANTE, deverão apresentar-se com crachá de identificação, trajados de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da CONTRATANTE;

4.4.2.7. Os profissionais da CONTRATADA deverão zelar pela boa educação e tratar com urbanidade servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;

4.4.2.8. O(s) equipamento(s) a ser(em) fornecido(s) deve(m) ser de primeiro uso/novo(s), sendo assim, mais moderno(s); e consequentemente impactando positivamente no sentido de economia de energia.

4.5. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE DA CONTRATADA

4.5.1. Demonstrar que a equipe de pessoas que irá atuar na implantação e operação da Solução possui a competência necessária para projetar, implementar e manter a Solução fornecida;

4.5.2. Apresentar a qualificação técnica necessária da equipe através de experiência técnica e profissional; além de certificações técnicas e atestados de capacidade técnica, compatíveis com os serviços a serem prestados pela CONTRATADA;

4.5.3. A CONTRATADA deverá apresentar após assinatura do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da Emissão da Ordem de Serviço para Início da Implantação da Solução, a documentação associada aos profissionais envolvidos e certificações mínimas associadas à execução dos serviços;

4.5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, para o suporte técnico da Solução objeto deste Termo de Referência e do instrumento contratual, uma equipe com perfil técnico adequado e qualificado para a perfeita execução das atividades necessárias à operação, sustentação e manutenção da Solução durante o período da validade/vigência contratual, sem qualquer custo a mais para a CONTRATANTE;

4.5.5. Para a comprovação da qualificação técnica necessária, dos profissionais que irão desempenhar os serviços previstos, como planejamento, instalação/implantação, operacionalização e suporte, a CONTRATADA, deverá apresentar minimamente as seguintes comprovações:

4.5.5.1. Gestão: comprovação de experiência de pelo menos 05 anos em Gestão de Cibersegurança/Segurança da Informação e certificação em Cibersegurança/Segurança da Informação emitida por instituições renomadas na área, como ISO, Exin, Sans, CompTIA, NIST, ECCOUNCIL, ISACA, ISC2, entre outras;

4.5.5.2. Monitoramento Remoto: comprovação de experiência de pelo menos 12 (doze) meses em Monitoramento Remoto e pelo menos uma das certificações a seguir: CompTIA Security+, Certified SOC Analyst (CSA), CompTIA Cybersecurity Analyst (CySA+) ou certificações em Cibersegurança equivalentes;

4.5.5.3. Quaisquer incompatibilidades entre o serviço a ser prestado e as certificações apresentadas serão identificadas pela Fiscalização do Contrato, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição do profissional, conforme item 4.5.6.1 abaixo. Um exemplo disso: entrega de certificação de cibersegurança que não seja avançada e compatível com o serviço de gestão;

4.5.6. Caso a CONTRATADA não tenha em seu quadro o profissional com o perfil e experiências aqui especificadas, terá o prazo de até 30 dias corridos, para apresentar a documentação que comprove o atendimento das condições estabelecidas para a qualificação técnica;

4.5.6.1. Caso a CONTRATADA não observe o prazo estabelecido nos itens 4.5.5 e 4.5.6, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a substituição do profissional indicado. O início da execução dos serviços permanecerá condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, de profissional que atenda integralmente aos requisitos técnicos e funcionais previstos no item 4.5 e respectivos subitens, ficando a CONTRATANTE autorizada a suspender o início das atividades até o cumprimento dessa exigência;

4.5.7. As certificações profissionais serão verificadas/afetadas no início dos serviços pela equipe de fiscalização do Contrato;

4.5.8. Em caso de descumprimento das obrigações citadas neste item 4.5 e subitens, aplicar-se-á as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato Administrativo.

4.6. REQUISITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

4.6.1. A CONTRATADA cederá o direito à CONTRATANTE com relação a todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos em consequência dos serviços contratados, entendendo-se por documentos e procedimentos operacionais quaisquer estudos, relatórios, artefatos, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, roteiros, tutoriais, scripts, fontes dos códigos de programas computacionais fornecidos pela CONTRATADA em qualquer mídia, páginas de Intranet e Internet e qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, em papel ou em mídia eletrônica, não necessitando o Regional de autorização da

CONTRATADA para reproduzir, distribuir e publicar em documentos públicos ou fornecer a terceiros, quando a administração considerar necessário.

4.7. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

- 4.7.1. Infraestrutura tecnológica: Não serão necessários ajustes no ambiente computacional da CONTRATANTE que venham a acarretar algum impacto financeiro ou de pessoal;
- 4.7.2. A infraestrutura elétrica do ambiente da CONTRATANTE é compatível com os serviços objetos deste contrato. Eventuais adequações necessárias para viabilizar a instalação e o funcionamento dos materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus decorrente dessas adequações;
- 4.7.3. Logística de implantação: Será provido pela CONTRATANTE o acesso físico às suas dependências aos diretamente envolvidos na prestação dos serviços. Assim como no caso do acesso físico, será fornecido o acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução;
- 4.7.4. Os acessos físicos e lógicos que tratam o item anterior deverão ocorrer de forma supervisionada pela equipe técnica da CONTRATANTE;
- 4.7.5. Espaço físico: A CONTRATANTE deverá disponibilizar espaço físico necessário para comportar a equipe de profissionais da CONTRATADA durante a instalação do(s) appliance(s) físico(s) e itens relacionados, ou durante realização de manutenções dos mesmos.

4.8. REQUISITOS DE DESINSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO OU DESCOMISSIONAMENTO DA SOLUÇÃO

- 4.8.1. Ao final do período contratual, os dados colhidos pela Solução deverão ser sanitizados ou excluídos de forma definitiva e irreversível do(s) appliance(s) físico(s);
- 4.8.2. O processo de desinstalação da Solução de NDR deverá ser executado por profissional qualificado pela CONTRATADA e na presença de pelo menos um dos fiscais do contrato;
- 4.8.3. Um termo de sanitização do(s) appliance(s) envolvido(s) na Solução deverá ser emitido e assinado pelo representante legal da CONTRATADA;
- 4.8.4. Deverá ainda ser fornecido à CONTRATANTE um relatório final em forma de documento assinado, em meio físico e digital, com todas as evidências necessárias que comprovem futuramente a correta exclusão e sanitização, impedindo com que os dados sejam recuperados à posteriori, para que tal relatório seja anexado ao processo da contratação;
- 4.8.5. A ação de descomissionamento deverá ser realizada de forma presencial pela CONTRATADA e na presença dos Fiscais do Contrato da CONTRATANTE.

4.9. REQUISITOS DE GARANTIA, CONTRATAÇÃO E DE ACEITAÇÃO

- 4.9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 4.9.2. Haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%;
- 4.9.3. A aceitação do objeto ficará condicionada ao atendimento das exigências deste Termo de Referência quanto à execução dos serviços, cumprimento das cláusulas contratuais e demais obrigações.

5. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência;
- 5.1.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.3. Encaminhar formalmente a demanda por meio e-mail, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.4. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 5.1.5. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.6. Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- 5.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;
- 5.1.9. Comunicar à CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da Solução de TIC;
- 5.1.10. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.11 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1. Prestar ao Regional os serviços objetos desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável;
- 5.2.2. Fornecer serviço de abertura de chamados, 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência da contratação, por meio de portal web e chamada telefônica, sem nenhum ônus ao Regional, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- 5.2.3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização;
- 5.2.4. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao Regional;
- 5.2.5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- 5.2.6. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência;
- 5.2.7. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- 5.2.8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância;
- 5.2.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio;
- 5.2.10. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.11. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.12. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução;
- 5.2.13. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.14. Fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.15. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-Geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul;
- 5.2.16. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem ao contrato, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento), nos termos da Lei 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A instalação do serviço de monitoramento da rede interna compreende a entrega, nos locais listados no Capítulo 1 deste Termo de Referência, de equipamentos em formato de prestação de serviços (comodato), bem como a sua instalação e efetiva colocação em funcionamento;

6.1.1. O contato com a fiscalização para agendamento da entrega do(s) appliance físico(s) da Solução deverá ocorrer:

- a) No TRE-MS: horário das 12h as 17h (horário de MS), de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7117 / 2107-7178 (Gustavo Pinho ou Antonio Barata);
- b) No TRE-MG: horário das 12h as 17h (horário de MG), de segunda à sexta-feira, através do telefone (31) 3307-1401 (Luciano Chapuis ou Mozart Lima);
- c) A entrega poderá ocorrer em horário diverso do disponível no Perfil do Regional (Capítulo 1), desde que previamente acordado com a fiscalização do contrato;
 - c.1) Os itens em comodato serão recebidos pela Equipe de Cibersegurança do Regional, na Capital. Para aumento na segurança dos equipamentos sensíveis a serem entregues, não será permitida a entrega em outro ambiente do Regional a não ser o Prédio Sede, com endereço descrito no Perfil do Regional no Capítulo 1;
 - c.2) O Regional se responsabilizará pela guarda dos itens fornecidos pela CONTRATADA.

6.2. Detalhamento dos prazos/etapas da contratação referentes à execução do contrato:

Evento	Descrição	Prazo previsto	Responsável
1	Emissão da Nota de Empenho	Após a assinatura do contrato	SAOF / Regional
2	Emissão da Ordem de Serviço para Início da Implantação da Solução	Em até 2 dias úteis após o evento 1	Equipe de Cibersegurança do Regional
3	Entrega de documentação associada aos profissionais envolvidos e certificações mínimas associadas à execução dos serviços	Em até 5 dias corridos, após o evento 2	CONTRATADA
4	Elaboração e Entrega do Plano de Instalação	Em até 10 dias corridos, após o evento 3	CONTRATADA
5	Entrega do(s) appliance(s) físico(s) e itens correlatos	Em até 45 dias corridos, após o evento 2	CONTRATADA
6	Ativação/Instalação/Configuração da Solução	Em até 15 dias úteis, após o evento 5	CONTRATADA
7	Aceite provisório	Em até 5 dias corridos, após o evento 5	Equipe de Cibersegurança do Regional
8	Aceite definitivo	Em até 5 dias corridos, após o evento 6	Equipe de Cibersegurança do Regional

6.3. Fica a CONTRATADA obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações;

6.4. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos acima estabelecido na cláusula 6.2, deverá encaminhar ao Regional solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega;

6.5. A comprovação de que trata a cláusula anterior deverá ser promovida não apenas pela alegação da CONTRATADA, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, boletim de ocorrência de sinistro, ou outro equivalente;

6.6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Regional na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida;

6.7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e, caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas no Termo de Contrato;

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto. Para que a equipe do TRE-MS obtenha o conhecimento necessário para utilização da Solução no dia a dia, foi previsto um curso formal objeto do item 3.4 e seus subitens constantes neste Termo de Referência;

6.9. A vigência da Solução será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do Aceite Definitivo, que é o momento em que a Solução será considerada totalmente configurada e operacional pela CONTRATANTE;

6.9.1 O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista que servem para a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes, razão pela qual a vigência poderá ser prorrogada por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021;

6.9.2 A necessidade da contratação por prazo superior a 12 meses se justifica pois, de acordo com a pesquisa de mercado, obteve-se a informação de que o prazo de 36 meses tem menor valor dos serviços, uma vez que é o período necessário para a diluição dos investimentos iniciais com a contratação, considerando a aquisição dos equipamentos que ficarão em comodato, mostrando-se economicamente mais viável a contratação plurianual, ampliando ainda a competição.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021; e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o órgão e a CONTRATADA relativos à gestão do contrato devem ser realizadas por escrito, de preferência através de e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade;

7.3.1. O contato entre o Regional e a CONTRATADA será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização;

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso;

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 10.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.5.5. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.5.6. Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

7.5.7. Os fiscais do contrato comunicarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

7.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.1. Requisitar adequações na prestação dos serviços, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.2. Exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA;

7.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, encaminhando-a para pagamento;

7.6.4. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

8.1. O recebimento provisório e definitivo dos equipamentos/serviços ficará a cargo da Equipe de Cibersegurança do Regional;

8.2. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, compreendendo as seguintes verificações:

8.2.1. O(s) equipamento(s) deverá(ão) estar em sua(s) respectiva(s) embalagem(ns) original(is), com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio equipamento, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do produto;

- 8.2.2. Condições da(s) embalagem(ns) e/ou do(s) equipamento(s);
- 8.2.3. Quantidade entregue;
- 8.3. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.2 e subitens acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio;
- 8.3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo;
- 8.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
- 8.5. A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório; (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.6. Os equipamentos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.7. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, e será procedido quando satisfeitas as condições abaixo:
- 8.7.1. Correspondência de marca/modelo do equipamento com os indicados na proposta da fornecedora;
- 8.7.2. Compatibilidade do equipamento entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da CONTRATADA;
- 8.7.3. Instalação do(s) equipamento(s) e realização dos testes de funcionamento, de modo a certificar que o equipamento está em perfeito funcionamento;
- 8.7.4. Entrega de todos os itens solicitados neste Termo de Referência;
- 8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a Solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;
- 8.12. Caso o(s) equipamento(s) seja(m) entregue(s) e instalado(s) na mesma ocasião, poderá ser dispensado o recebimento provisório e realizado apenas o definitivo, sendo esta uma faculdade do TRE/MS;
- 8.13. O fornecimento inicial dos itens em formato de comodato no local de instalação da Solução deverão ser registrados mediante formulário específico (recibo, etc.), a ser definido pela CONTRATADA conjuntamente com a fiscalização, que deverá ser emitido em duas vias e assinadas pelo responsável no ato do recebimento dos itens, ficando uma via em seu poder, para fins de controle.

9. DA LIQUIDAÇÃO

- 9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do equipamento e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total;
- 9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES;
- 9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital;
- 9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;
- 9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa;
- 9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;
- 10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA;
- 10.3. O pagamento dos serviços efetivamente prestados, será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações; e
- 10.4. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF nº 1.244/12;
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 10.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 10.7.1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- 10.7.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido;
- 10.8. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 10.9. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. A contratação dos serviços será realizada mediante LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021;
- 11.1.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global;
- 11.1.3 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação;
- 11.1.4 A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência;
- 11.2. Tendo em vista que se trata de uma contratação centralizada, onde o TRE/MS será o órgão gerenciador, adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços, com base no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, o qual traz os seguintes dizeres:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;**
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

11.3. Por se tratar de registro de preços, conforme determina o art. 86 da Lei 14.133/2021, nos termos do regulamento do Decreto nº 11.462/2023, se faz necessária a realização de procedimento público de intenção de registro de preços (IRP), com a divulgação do Termo de Referência no sistema gov.br/compras e PNCP, pelo prazo de 8 (oito) dias úteis, que visa possibilitar a participação de outros órgãos e entidades da Administração Pública na Ata de Registro de Preços;

11.3.1. Será permitida apenas a participação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), por se tratar de contratação centralizada, com a participação colaborativa estratégica desse Regional, cujos serviços a serem contratados estão adequados às suas necessidades do TRE/MS e TRE/MG de forma qualitativa e quantitativa. A simples soma de demandas de outros órgãos, sem uma análise prévia de compatibilidade e complexidade, geraria uma estimativa irreal e impraticável para qualquer licitante;

11.3.2. Não será deferida a participação de outros órgãos.

11.4. DA PROVA DE CONCEITO (POC)

11.4.1. Para esta contratação será(ão) realizada(s) Prova(s) de Conceito (POC), remota(s) on-line, para teste e aceite dos serviços ofertados. A Solução ofertada pela empresa deverá atender aos requisitos das características técnicas dos serviços. Caso o serviço ofertado não cumpra os requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência, a proposta da LICITANTE será desclassificada;

11.4.2. A(s) POC(s) será(ão) acompanhada(s) pela(s) Equipe Técnica de Cibersegurança do TRE-MS (que também é a Comissão Técnica deste Pregão) e pela Equipe Técnica de Cibersegurança do TRE-MG, quando oportuno;

11.4.2.1. Caso a mesma empresa esteja classificada em primeiro lugar para os dois itens do Pregão após a fase de lances, apenas uma POC será realizada, a fim de simplificar o processo;

11.4.3. Será exigido, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da solicitação da Pregoeira, apresentar Prova de Conceito (teste/demonstração da capacidade técnica), da LICITANTE primeira colocada de cada item do Pregão, comprovando que atende aos requisitos básicos necessários ao desempenho das atividades constantes neste Termo de Referência, conforme orientações abaixo:

- a) A prova de conceito terá um único responsável da LICITANTE, e poderá ser assessorado por outros técnicos;
- b) Para realização da POC, a CONTRATANTE poderá utilizar-se da plataforma "Google Meet"(TRE-MS), onde se permita a gravação da reunião;
- c) O tempo médio estimado para realização da POC será de no máximo 90 (noventa) minutos, podendo ser concedido adicional à LICITANTE se solicitado de forma fundamentada;
- d) A prova de conceito será pública, sendo permitido o acompanhamento por todos os interessados;
 - d.1) Os interessados em assistir à POC deverão informar, tempestivamente, e-mail à Pregoeira para que um link seja enviado para o referido e-mail;
- e) A CONTRATANTE não é responsável por problemas técnicos da plataforma/site, assim como problemas como falta de energia elétrica ou Internet da LICITANTE;

11.4.4. A Comissão Técnica entrará em contato com a LICITANTE, para agendamento de dia e hora, dentro do prazo de 3 (três) dias dado pela Pregoeira, para a apresentação da POC;

11.4.5. Deverá ser realizada pela LICITANTE, em formato de apresentação, para análise dos ITENS 3.2.17 e 3.2.18 relativo à Investigações Aprofundadas e características de SOC Nível 2 que são realizadas pela Ferramenta de NDR que será entregue pela LICITANTE;

11.4.6. A execução da demonstração será avaliada pela Comissão Técnica e quem esta designar, momento em que serão utilizados os termos “conforme” ou “não conforme” a fim de registrar aprovação/desaprovação da Solução apresentada;

11.4.7. Um ou mais itens avaliados como “não conforme” implicará na imediata desclassificação da LICITANTE;

11.4.8. Aprovada na Prova de Conceito e comprovado o atendimento das demais especificações editalícias, a licitante terá o objeto ACEITO;

11.4.9. Reprovada na demonstração de Capacidade Técnica, a LICITANTE terá seu objeto recusado e o Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo à Prova de Conceito, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital;

11.4.10. A empresa que não comparecer no dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito, será automaticamente reprovada pela Comissão Técnica avaliadora, sem prejuízos das sanções administrativas cabíveis;

11.4.11. Ocorrendo alguma eventualidade que atrapalhe a realização da POC por parte da Comissão Técnica e demais integrantes por ela designados, será comunicado ao(à) Pregoeiro(a) e à LICITANTE, para que a POC seja agendada em outra data.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação, deverá a LICITANTE comprovar os seguintes requisitos:

12.1.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

12.1.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

12.1.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

12.1.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

12.1.5. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

12.1.5.1. ATESTADO(S) para o ITEM 1 (TRE-MS)

12.1.5.1.1. Será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a expertise/experiência/proficiência na gestão de serviços de monitoramento proativo e resposta a incidentes de segurança da informação, ou atestados de cibersegurança com discriminação dos serviços prestados compatíveis com o objeto desta contratação, em ambientes com no mínimo 1.250 (um mil, duzentos e cinquenta) ativos/dispositivos compreendidos no escopo do serviço prestado;

12.1.5.1.2. O atestado disposto no item 12.1.5.1.1 acima deverá se referir também à prestação de serviços de no mínimo 1 (um) ano, em ambientes de, no mínimo, 500 (quinhentos) usuários;

12.1.5.2. ATESTADO(S) para o ITEM 2 (TRE-MG)

12.1.5.2.1. Será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a expertise/experiência/proficiência na gestão de serviços de monitoramento proativo e resposta a incidentes de segurança da informação, ou atestados de cibersegurança com discriminação dos serviços prestados compatíveis com o objeto desta contratação, em ambientes com no mínimo 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) ativos/dispositivos compreendidos no escopo do serviço prestado;

12.1.5.2.2. O atestado disposto no item 12.1.5.2.1 acima deverá se referir também à prestação de serviços de no mínimo 1 (um) ano, em ambientes de, no mínimo, 1.725 (um mil, setecentos e vinte e cinco) usuários;

12.1.5.3. Será permitido somatório de atestados;

12.1.5.4. O dimensionamento da comprovação da capacidade técnica é igual a 50% do total dos ativos e usuários de cada Regional;

12.1.5.5. É de responsabilidade da LICITANTE a disponibilização de todas as informações necessárias ao dimensionamento do documento, bem como à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, cabendo ao Pregoeiro(a) e Comissão Técnica diligenciar para o esclarecimento de eventuais dúvidas ou solicitar fornecimento de mais informações que comprovem as exigências descritas nos itens 12.1.5.1 ou 12.1.5.2 e seus respectivos subitens;

12.1.5.6. Poderão ser apresentados atestados tanto da matriz quanto da filial da LICITANTE, uma vez que o entendimento de que matriz e filial são a mesma pessoa jurídica é alinhado à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema, com Acórdãos do TCU que confirmam esse entendimento, tais como: Acórdão nº 3.056/2008 – Plenário e o Acórdão nº 3.465/2012 – Plenário.

13. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

13.1. A CONTRATADA assinará, no ato da entrega da Solução e antes do início dos serviços, Termo de Confidencialidade e Sigilo, que abrangerá todos os seus colaboradores;

13.2. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço;

13.3. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos de segurança existentes no ambiente da CONTRATANTE ou que possam ser criados durante a vigência do contrato. Os procedimentos deverão ser observados sempre que for necessário o acesso presencial ou remoto à infraestrutura da CONTRATANTE;

13.4. A CONTRATADA e seus profissionais deverão respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE Nº 23.644, de 1º de julho de 2021 e da CONTRATANTE ou suas versões mais atuais), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade da CONTRATANTE aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes sob quaisquer justificativas;

13.4.1. O modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (**ANEXO II-a**), contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Modelo de Termo de Ciência (**ANEXO II-b**), a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos do Contrato;

13.5. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de governança e controle de acesso para garantir que apenas profissionais autorizados e necessários tenham acesso às informações sensíveis;

13.6. É imperativo que a CONTRATADA tenha o compromisso de zelar constantemente por um ambiente de monitoramento remoto próprio da CONTRATADA livre de ameaças cibernéticas através de implantação de boas práticas de Segurança da Informação. Esta exigência é necessária uma vez que a CONTRATADA, ao monitorar o ambiente do Órgão, passa a ser uma superfície de ataque. Logo, o ambiente da CONTRATADA deve, durante todo o período do contrato, estar livre de ameaças cibernéticas;

13.6.1. Exemplo de boa prática: utilização de antivírus atualizado em todos os desktops usados por funcionários da CONTRATADA trabalhando em monitoramento remoto, mas não se restringindo apenas a essa boa prática;

13.7. A CONTRATADA é responsável por e deverá tomar todas as precauções necessárias para contratar pessoal idôneo para realizar o trabalho de monitoramento de segurança remoto em caráter 24x7x365;

13.8. A Solução deverá proporcionar a disponibilidade, a integridade e a segurança de todas as informações da CONTRATANTE por ela gerenciadas;

13.9. A Solução deve apresentar conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

13.10. A quebra do sigilo ou não observação dos preceitos elencados neste Capítulo acarretará em sanções administrativas, civis e criminais, conforme a legislação vigente (LGPD, Lei Anticorrupção, ou quaisquer outras aplicáveis);

13.11. Serão exigidas pela CONTRATANTE, sempre que necessário, evidências de que todas as medidas necessárias para o completo atendimento deste Capítulo 14, estão sendo tomadas em sua integralidade.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado do Registro de Preços é de **R\$ 9.989.457,27 (nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos)**, sendo **R\$ 3.204.079,10 (três milhões, duzentos e quatro mil, setenta e nove reais e dez centavos)** referente ao TRE-MS e **R\$ 6.785.378,17 (seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e dezessete centavos)** referente ao TRE-MG.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União;

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL:

Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS

Fonte de Recursos: 21EE – Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral

Programa de Trabalho: 02.122.0033.21EE.0001

Elemento de Despesa: 33.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ

Subitem 21 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TIC.

Ação: SEG INFO

15.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS:

Ação: Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética

Programa de Trabalho: 02.122.0033.21EE.0001

Plano Orçamentário: SEG0 - Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário

PTRES: 214048

Fonte: 1000

LOA: 15.121/2025

Unidade Orçamentária: 14.113

Elementos de Despesa: 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

15.4. As despesas que vierem a ocorrer nos exercícios futuros serão custeadas com recursos previstos nas respectivas Propostas Orçamentárias, e serão indicados oportunamente.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

16.1. As disposições quanto às infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

ANTÔNIO MENDES BARATA SEGUNDO
Integrante Demandante

ROBSON MASSAKI KOBAYASHI
Integrante Técnico

GUSTAVO LEITE PINHO
Integrante Técnico

GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO
Integrante Administrativa

0000546-98.2025.6.12.8000

1954636v9



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 19/01/2026, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO MENDES BARATA SEGUNDO, Técnico Judiciário**, em 19/01/2026, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO LEITE PINHO, Técnico Judiciário**, em 19/01/2026, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1965181** e o código CRC **7695FCBB**.



0000546-98.2025.6.12.8000

1965181v127